

# “É DA ÉPOCA E DEU”:

USOS DO PASSADO NAS NARRATIVAS  
SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE DILMA ROUSSEFF  
NA LUTA CONTRA A DITADURA  
CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Benito Bisso Schmidt<sup>1</sup>

## I

No final de 2010, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Ao comentar o fato, a revista *Carta Capital*, apoiadora de sua candidatura, invocou um acontecimento do passado: a eleição de Alzira Soriano, a primeira mulher a se eleger prefeita no país, na cidade de Lajes, Rio Grande do Norte, em 1928. Segundo o periódico, essa pioneira “[...] enfrentou todo tipo de maledicências na campanha: desde ser amante do governador até prostituta. Moça de família, dizia-se naqueles tempos, não se metia em política”. Ao “relembrar” tal fato, pouco conhecido da maioria dos brasileiros, a revista buscou estabelecer um fio de continuidade com o presente, enfatizando que, mais de oitenta anos depois, “[...] pouca coisa mudou, daqueles tempos para cá, para uma parcela da sociedade”. Afinal,

Para chegar à Presidência, Dilma Rousseff, como a pioneira Alzira, teve de superar boatos sobre sua vida pessoal, seu passado no combate à ditadura, sua atuação profissional e mesmo sobre sua saúde, embora os médicos tenham afirmado que a ex-ministra havia superado o câncer linfático que descobriu possuir em abril do ano passado [2009].<sup>2</sup>

Sem dúvida, a campanha presidencial foi marcada mais por fortes ataques pessoais do que por um efetivo debate programático e ideológico. Afinal, Dilma era a candidata do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deixou o governo com o mais alto índice de popularidade já verificado no país. Provavelmente por isso, o candidato de oposição, José Serra, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), não desqualificou, por exemplo, a política econômica de Lula, preferindo se apresentar como o “mais preparado”, por já ter sido eleito para vários cargos públicos (prefeito da cidade de São Paulo, governador do estado homônimo, deputado federal e senador; além de ocupar os cargos de Secretário de Planejamento de São Paulo, Ministro do Planejamento e Orçamento e Ministro da Saúde do governo Fernando Henrique Cardoso), enquanto Dilma – ex-secretária de Minas e Energia do estado do Rio Grande do Sul e ex-ministra das Minas e Energia e da Casa Civil do governo Lula – disputava sua primeira eleição. Além disso, travou uma verdadeira batalha moral contra a opositora, acusando-a, por exemplo, de ser a favor do aborto e ateia, o que, num país de grande maioria cristã como o Brasil – onde, além do poder da Igreja Católica, vem ganhando força um conjunto de igrejas evangélicas extremamente conservadoras –, pode ter forte impacto negativo, ainda mais em se tratando de uma mulher divorciada<sup>3</sup>. Dilma, em contrapartida, precisou se mostrar como cristã devota e contrária ao aborto.

Nessa disputa, muitas vezes o passado dos candidatos foi utilizado como argumento de ataque e de defesa, mas não apenas o passado estritamente individual de cada um, e sim a articulação com o passado recente da sociedade brasileira como um todo, em especial o passado comumente designado pela metáfora dos anos de chumbo, ou seja, aquele inaugurado pelo golpe civil-militar de 1964, que instaurou uma ditadura no país e se prolongou até a metade da década de 1980. Ao contrário da Argentina, até pela diferença abismal no número de vítimas, a discussão sobre esse passado não tem um espaço central na vida pública brasileira, mas volta e meia ele é acionado pela mídia e pelos discursos políticos quando algum acontecimento o presentifica<sup>4</sup>. Ao contrário também da Argentina e de outros países latino-americanos, no Brasil nenhum responsável pelas mortes, desaparecimentos e torturas perpetradas pela ditadura foi ao menos julgado, e muito menos condenado. Uma lei de 1979 anistiou os crimes políticos ou conexos com

esses cometidos por “ambos os lados”, ou seja, tanto pelos agentes da ditadura como por aqueles que pegaram em armas para combatê-la, e foi encarada como uma forma de reconciliar a sociedade, ajudando-a a cicatrizar as feridas do passado. A memória social que se consolidou sobre aquele período foi a de uma guerra suja desigual entre militares truculentos e jovens idealistas, sem nenhuma relação mais profunda com a sociedade brasileira, portadora, segundo tal entendimento, de sólidos valores democráticos, e que, oprimida e violentada, precisou de longos vinte anos para livrar-se dessa “força estranha” que dela se apoderou e reencontrar-se com seus verdadeiros valores. Não é à toa que hoje praticamente nenhum político, instituição ou intelectual busca associar seu nome com os governos ditatoriais, mesmo aqueles que tiveram notória participação no regime autoritário<sup>5</sup>.

Dilma e Serra foram opositores da ditadura. Esse último, quando do golpe de 1964, era presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e precisou exilar-se no exterior, onde ficou, de forma não contínua, até 1977. Já Dilma integrou-se a organizações clandestinas que combateram o regime então vigente e acabou sendo presa e torturada. Ao longo da campanha, a luta de ambos pela democracia foi valorizada. Porém, o fato de Dilma ter participado de grupos armados que praticaram ações violentas foi usado recorrentemente como argumento para desqualificá-la. Assim, o passado da candidata constituiu-se em matéria de averiguações e especulações. Provas e contraprovas as mais diversas – de documentos de arquivo a depoimentos de testemunhas – foram acionadas, por aliados e opositores, para sustentar narrativas que se propunham a revelar a “verdadeira” história de Dilma. Aliás, as próprias noções de verdade e mentira mereceram discussões “epistemológicas” e éticas ao longo campanha. Por isso, examinar tais narrativas, produzidas a partir de episódios emblemáticos, pareceu-me uma boa porta de entrada para pensar a temática dos usos do passado, em especial do passado recente, na sociedade brasileira contemporânea, bem como para refletir de maneira mais ampla sobre as fronteiras sempre imprecisas entre memória e história, sobretudo no que tange às suas dimensões fiduciária e veritativa. Este é o tema do presente artigo.

## II

A primeira vez que a participação de Dilma Rousseff na luta contra o regime militar ganhou repercussão na vida pública brasileira após a redemocratização foi em 2008, quando ela depôs, na condição de ministra da Casa Civil da Presidência da República, em uma comissão do Senado Federal, sobre, entre outros assuntos, a existência de um suposto dossiê com os gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual teria sido elaborado pelo

governo com a finalidade de intimidar a oposição. Durante a sessão, o senador Agripino Maia, do Partido Democratas (DEM), insinuou que ela poderia mentir em suas declarações, evocando uma entrevista concedida por Dilma em 2003 sobre a época de sua prisão, na qual ela admitiu ter “mentido muito” para sobreviver. Com voz embargada, a ministra deu uma resposta dura, afirmando que se orgulhava de ter mentido, lembrando ainda que, na época, tinha 19 anos, havia passado três anos na cadeia e sido “barbaramente torturada”. Disse ela:

O que acontece ao longo dos anos 1970 [...] é a impossibilidade de se dizer a verdade em qualquer circunstância porque o direito à livre expressão estava enterrado. Não se dialoga, não é possível supor que se dialogue com o pau de arara, o choque elétrico e a morte. [...] É isso que é importante hoje na democracia brasileira. Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira. [...] Qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores compromete a vida dos seus iguais, entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido, senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia se fala a verdade. Diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira. E isso, senador, faz parte e integra a minha biografia, da qual eu tenho imenso orgulho. E eu não estou falando de heróis. Feliz do povo que não tem heróis desse tipo, porque aguentar tortura é difícilíssimo porque todos nós somos muito frágeis, nós somos humanos, nós temos dor, e a sedução, a tentação de falar o que ocorreu e dizer a verdade é muito grande. A dor é insuportável, o senhor não imagina o quanto. Então eu me orgulho imensamente de ter mentido porque eu salvei companheiros da mesma tortura e da morte.<sup>6</sup>

Em sua fala, Dilma conseguiu impor-se como testemunha autorizada do período ditatorial, estabelecendo uma profunda alteridade entre esse passado (quando não havia liberdade de expressão) e o presente (quando vigora a democracia). Além disso, desqualificou seu opositor como alguém que, por igualar dois tempos tão radicalmente distintos, não dá valor à democracia brasileira e que é incapaz de entender a situação-limite da tortura (“o senhor não imagina”). Situando-se, simultaneamente, como igual – por ser frágil como todos os seres humanos – e como uma diferente – por ter sofrido sevícias inimagináveis para quem não passou por experiências semelhantes –, Dilma desvencilhou-se da armadilha proposta por Agripino, o qual, talvez apostando em certo esquecimento da sociedade brasileira em relação a seu passado recente, pretendia fazer valer a ideia de que dizer a verdade, em seu sentido factual, é uma atitude intrinsecamente virtuosa. Ao contrário, a então ministra mostrou, sustentada em sua experiência pessoal, como, em termos éticos,

as noções de verdade e mentira são relativas, contextualmente situadas, de forma que nem sempre a primeira corresponde ao bem e a segunda ao mal. Na ditadura, insistiu ela, a mentira podia estar, e seguidamente estava, do lado da coragem e da dignidade. Em entrevista posterior, diante da pergunta “Dá para culpar a pessoa que falou [sob tortura]?”, Dilma retomou o episódio ocorrido no Senado, suas reflexões sobre o binômio verdade/mentira e sobre o heroísmo, evidenciando o quanto essas ideias acabaram se consolidando em suas narrativas públicas referentes a seu passado:

Não dá mesmo. Até porque ali, naquela hora, tinha uma coisa muito engraçada que eu vi. Aconteceu com muita gente, não foi só comigo. É por isso que aquela pergunta do senador é absurda. A mentira é uma imensa vitória e a verdade é a derrota. Na chegada do presídio estava escrito “Feliz do povo que não tem heróis”, que era uma frase de Brecht que tem um sentido amplo. Esse fato de não precisar de heróis mostra uma grande civilidade. O povo que precisa de heróis precisa de heróis anônimos. Precisa que cada um tenha um pouco de heroísmo.<sup>7</sup>

A declaração de Dilma na Comissão do Senado teve grande impacto na mídia e nos meios políticos. O senador Aloizio Mercadante afirmou que sua fala “possibilitou resgatar o seu histórico, seu compromisso com a democracia e o seu lado humano”. Já Agripino Maia defendeu-se dizendo que ela tinha adotado uma “postura de esperteza emocional para desviar o assunto principal”. De qualquer modo, parece que a resposta espontânea e emocionada de Dilma, sempre descrita como uma burocrata técnica e fria, contribuiu para humanizá-la aos olhos da opinião pública, para tornar conhecidas suas fragilidades e dores vinculadas às violências que sofreu em decorrência de sua militância política. Repetidas vezes, ela afirmou ter orgulho de sua participação na luta contra a ditadura, incorporando esse fato à sua biografia oficial. Porém, tal imagem de si precisou ser cuidadosamente esculpida, em um trabalho envolvendo lembranças, esquecimentos e silêncios, à medida que sua candidatura à presidência se firmava e que outros usos do passado ditatorial eram feitos na vida pública brasileira. Vejamos então algumas dimensões desse trabalho de “enquadramento da memória” realizado por Dilma e seus aliados.

### III

A noção de “enquadramento da memória” foi desenvolvida pelo sociólogo Michael Pollak a partir dos estudos de Henry Rousso sobre Vichy<sup>8</sup>, para definir o processo por meio do qual se solidifica, a partir da ação de agentes

individuais e coletivos, determinada imagem do passado que passa a ser entendida como todo o passado, excluindo outras memórias concorrentes. Segundo Pollak, “[...] esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” e “[...] se alimenta do material fornecido pela história [...] interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas”<sup>9</sup>.

No caso de Dilma, em primeiro lugar, sua luta contra a ditadura foi associada a uma memória “enquadrada” mais ampla, lapidada desde os anos finais do regime autoritário, que representa tal luta como um combate pela democracia. A partir de meados da década de 1970, após a derrota da luta armada e do fim do crescimento econômico ocorrido na primeira década após o golpe, diversos setores da sociedade civil começaram a se mobilizar para exigir a volta das liberdades democráticas. Um momento culminante desse processo foi a já mencionada aprovação da Lei da Anistia, em 1979, que permitiu a volta dos exilados políticos ao país, incluindo diversos ex-guerrilheiros. Esse retorno associou-se ao que alguns autores chamam de “surto memorialístico”, ou seja, a publicação, sobretudo na forma de livros de memórias e de entrevistas, de narrativas desses militantes sobre seu passado. Em geral, tais narrativas guardam um tom profundamente irônico e autocrítico em relação à luta armada, percebida como fruto de ingenuidade política e de distanciamento da realidade, apesar da justeza dos ideais que a motivaram. Em um ambiente político no qual a democracia – entendida aqui no sentido liberal, envolvendo especialmente os direitos à liberdade de expressão e a votar e ser votado – passava a ser algo muito valorizado, os autores dessas memórias procuraram associar sua militância, não só presente, mas também passada, à luta por essa causa. Nesses relatos, a luta armada foi representada como a *única saída possível* diante do fechamento dos canais de participação democrática, e mais, como um combate *pela democracia*. Esqueceu-se ou silenciou-se, assim, que a democracia liberal não era muito prezada, para dizer o mínimo, por boa parte dos grupos de esquerda da época e que, para muitos deles, a conquista do poder pelas armas era um projeto que antecedia o golpe civil-militar<sup>10</sup>.

Nas narrativas de e sobre Dilma relativas a seu passado de luta contra a ditadura, a questão da democracia aparece de maneira ambígua. Em seu *site* oficial, há um *link* denominado “Biografia”, no qual se pode acessar outro *link* intitulado “Militância”. Nele, a narrativa inicia-se com uma descrição da formação “humanista” que Dilma teria recebido de seu pai, Pedro Rousseff:

Dilma tinha apenas 14 anos quando o pai morreu. Já havia lido *Germinal*, romance de Émile Zola sobre as sub-humanas condições de vida dos trabalhadores das minas de carvão francesas. Lera também *Humilhados e ofendidos*,

de Dostoiévski, entre os muitos clássicos humanistas que Pedro Rousseff lhe apresentara. O pai ensinara a filha a amar os livros e as pessoas.

A seguir, são referidas a passagem de Dilma pelo Colégio Estadual Central, onde fez o ensino médio, e seu ingresso na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “centros de efervescência cultural e política de Belo Horizonte às vésperas do golpe militar de 64”. A frase seguinte estabelece uma ruptura, ao evocar acontecimentos e imagens bastante conhecidas da história brasileira recente: “A barra mais pesada viria em 68, quando o Ato Institucional nº 5 baixado pelos militares mergulhou o Brasil ainda mais fundo nos porões da repressão”. A partir desse contexto, nos parágrafos seguintes, a trajetória de Dilma é inserida, com toques pitorescos, em um percurso coletivo: aquele de sua “geração”:

A adolescência e a juventude são temperadas com literatura, cineclube e discussões políticas nos bares onde o petisco preferido dos rapazes e moças sem dinheiro no bolso é farinha com molho inglês a palito. Dilma e sua geração entram de cabeça na militância política. Com 16 anos ela já está na Polop [Organização Revolucionária Marxista Política Operária]. Depois no Colina [Comando de Libertação Nacional] e finalmente na VAR-Palmares [Vanguarda Armada Revolucionária Palmares], todas organizações clandestinas, num tempo em que tudo era proibido e que você podia ser preso apenas por escrever num muro a palavra “Liberdade”.

Os trabalhadores eram proibidos de reivindicar melhores condições de trabalho, os estudantes não podiam se organizar, o teatro, o cinema, a literatura e as artes em geral estavam sob forte censura, não existia liberdade de imprensa.

A imagem associada a esse trecho, a de um jovem estudante pichando a palavra de ordem “Abaixo a Ditadura”, é quase um ícone da luta contra a ditadura, constantemente reproduzida em exposições, na imprensa e em livros acadêmicos e escolares sobre o período. Ou seja, a atuação política de Dilma é associada, por meio de imagens e palavras, a uma memória enquadrada sobre o período autoritário, segundo a qual, diante da falta de “liberdade” – essa é a palavra-chave da narrativa – imposta pelos militares – e aparentemente só por eles, pois nenhum apoio da sociedade civil é referido – a juventude precisou organizar-se de forma clandestina e combater pela... liberdade. Nenhuma palavra é dita sobre a orientação ideológica dessas organizações, todas marxistas revolucionárias. Da mesma forma, a opção pela clandestinidade parece soar como natural, fruto de uma rebeldia juvenil inata, fomentada pelo cinema, pela literatura e pelas discussões políticas nos bares.

Na sequência, o foco volta a recair sobre Dilma, e não sobre a sua geração. A narrativa adquire, então, tons romanescos, mesclando episódios da vida afetiva da então militante clandestina com as agruras da repressão: um “amor em tempos de cólera”, parodiando García Márquez:

Dilma vê amigos presos, torturados, exilados e assassinados pela repressão. Casa-se com o companheiro de militância Claudio Galeno. Os dois caem na clandestinidade e, para fugir ao cerco da repressão, dividem-se entre diferentes cidades, até que a distância acaba separando o jovem casal.

Pouco depois, ela se apaixona pelo advogado e militante gaúcho Carlos Araújo. Em 1970, é presa e torturada nos porões da Oban [Operação Bandeirantes] e do Dops [Departamento de Ordem Política e Social] em São Paulo. Como jamais participou de qualquer ação armada, a Justiça Militar a condena apenas por “subversão”, com pena de dois anos e um mês de prisão. Seu “crime” foi o mesmo de tantos jovens daqueles anos rebeldes: querer mudar o mundo.

Nesse último parágrafo, que encerra a narrativa do *link* “Militância”, destaco dois elementos que me parecem essenciais na articulação da memória oficial construída sobre a luta de Dilma contra a ditadura: a ênfase na sua não participação em qualquer ação armada, tema que será retomado logo a seguir, e certa despolitização de sua militância, diluída num genérico desejo de mudar o mundo, próprio daqueles “anos rebeldes”, *slogan* aliás muito repetido nas narrativas sobre o período<sup>11</sup>.

O *link* seguinte intitula-se “Recomeço”, e tem por subtítulo “A esperança renasce”. Nele, a luta de Dilma contra a ditadura e os revezes por ela sofridos são alinhavados com o seu retorno a uma vida “normal” (estudar, trabalhar, casar, ter filhos...) e com sua trajetória política posterior. Logo de início, como parágrafo de transição entre essas duas etapas, afirma-se que “apesar de condenada a dois anos e um mês de prisão, Dilma só seria libertada depois de quase três anos no Presídio Tiradentes, na capital paulista. Ao sair, passa uma temporada em Minas, junto da família, curando as dores do corpo e do espírito”. Não obstante essas dores, epígrafe retirada de uma canção de Gonzaguinha parece indicar a reconciliação de Dilma com seu passado, bem como sua apreciação positiva, em termos ético-morais, de sua militância naquele período: “Começaria tudo outra vez se preciso fosse [...] Saiba: nada foi em vão”<sup>12</sup>.

Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, notório opositor de sua candidatura, Dilma procurou mostrar-se, mais uma vez, reconciliada com seu passado, associando-o, novamente, ao desejo juvenil de “mudar o mundo”. Disse ela à repórter:



Nunca se esqueça que a gente achava que estava salvando o mundo de um jeito que só se acha aos 19, 20 anos. Sem nenhum ceticismo, com uma grande generosidade. Tudo fica mais fácil. Tudo fica mais justificado, todas as dificuldades. Você não ter roupa não tem problema. Você perdia a roupa toda. Às vezes andava com uma calça xadrez e uma blusa xadrez.

Na continuidade, a entrevistadora perguntou-lhe: “A senhora faz alguma *mea-culpa* pela opção pela guerrilha?”, ao que Dilma respondeu:

Não. Por quê? Isso não é ato de confissão, não é religioso. Eu mudei. Não tenho a mesma cabeça que tinha, seria estranho que tivesse a mesma cabeça. Seria até caso patológico. As pessoas mudam na vida, todos nós. Eu não mudei de lado não, isso é um orgulho. Eu mudei de métodos, de visão. Inclusive por causa daquilo eu entendi muito mais coisas.

A repórter então questionou: “Como o quê?” E Dilma respondeu: “O valor da democracia, por exemplo”<sup>13</sup>.

Ou seja, se, na sua biografia oficial, a luta de Dilma contra a ditadura é representada como um combate pela “liberdade”, sobretudo liberdade de expressão, na entrevista, a valorização da democracia aparece como resultado de uma mudança de visão, mas não “de lado”, de um amadurecimento, poder-se-ia dizer; afinal, segundo ela, atuação na guerrilha lhe fez entender “muito mais coisas”.

Outra recorrência na apresentação pública que Dilma faz hoje de seu passado, já indicada anteriormente, é a negação de sua participação em ações armadas. Seguidamente, a grande imprensa procurou envolver seu nome em ações como “assaltos”, na linguagem dos opositores, ou “expropriações revolucionárias”, como os guerrilheiros diziam na época, tentativas de sequestro, assassinatos e outros atos violentos, seja como executora seja como mentora. Na referida entrevista à *Folha de S.Paulo*, como em várias outras ocasiões, ela negou veementemente tais atribuições:

Eu nunca fiz uma ação armada e se tivesse ação armada eu estaria condenada por isso. É a mesma coisa essa história do treinamento. Eu nunca fiz, então, tudo bem. Eu não fiz nem treinamento no exterior nem ação armada. É só perguntar para as pessoas.

Diante na negativa, a repórter buscou, ao menos, associá-la ao uso de armas, questionando: “Não teve treinamento militar no exterior, mas o básico todo mundo sabia como montar e desmontar uma arma. Era questão de segurança do dia a dia?” Ao que Dilma respondeu:

Tinha gente que achava isso o máximo, tinha gente que não achava. Eu vou te dizer, sempre fui muito dedicada mas não achava isso grande coisa. Rigorosamente falando, nunca fiquei avaliando, naquele momento, se devia fazer isso ou aquilo. Seria irreal se eu te falasse isso. [...] Falavam assim: “vai ali e aprende a montar e desmontar a arma”. Você ia e aprendia. “Vai ali e escreve um documento”. Você também ia.<sup>14</sup>

Na época atual, em que o sentido positivo da violência como eliminadora de tudo o que entrava o progresso da humanidade, próprio de um regime de historicidade modernista, foi esvaziado, e na qual atos violentos são em geral significados como terrorismo ou, especialmente no caso do Brasil, criminalidade urbana, ter pegado em armas, mesmo ressaltando-se a profunda diferença, sempre frisada por Dilma, entre os contextos ditatorial e democrático, e, acrescento, entre os objetivos dos grupos guerrilheiros e do crime organizado, pode ser algo bastante desabonador, sobretudo, creio, para uma mulher. Por isso, a candidata sempre negou ter executado ações desse tipo e seus opositores recorrentemente procuraram associá-la a elas. A revista *Época*, por exemplo, em reportagem de capa sobre “O passado de Dilma”, apresentou um box intitulado “As dúvidas sobre o passado – As perguntas sobre a trajetória de Dilma na ditadura militar que ainda estão sem resposta”, no qual são arroladas as seguintes questões:

1. Dilma estava armada no momento em que foi presa?
2. Que tipo de treinamento com armas ela fez?
3. Que papel Dilma teve no roubo do cofre de Adhemar de Barros?
4. Qual foi a extensão do papel de Dilma na organização de assaltos a bancos?
5. Como foi a participação de Dilma nos congressos da VAR-Palmares?
6. Qual foi o envolvimento de Dilma nas greves operárias de Minas Gerais em 1968?
7. Dilma teve contato com organizações armadas de esquerda de outros países da América Latina?
8. Dilma se arrepende de alguma atitude tomada naquele período?<sup>15</sup>

Lendo-se entrevistas e declarações de Dilma para vários órgãos de imprensa, é possível constatar que ela respondeu a maioria dessas perguntas de forma negativa; porém, elas não deixaram de ser insistentemente retomadas. Tal fato é indicativo da maneira como a sociedade brasileira – ou, ao menos, setores significativos dela – lida com os traumatismos de seu passado recente e, ao elaborá-lo em narrativas, aciona formas diversas de atestar sua veracidade. Nesse caso, ao contrário do episódio do Senado, a voz de Dilma teve sua

dimensão fiduciária negada. O fato de ela ter “estado lá”, em vez de autorizá-la a dizer o que foi, colocou seu testemunho sob suspeição<sup>16</sup>. Os opositores da candidata, cujo porta-voz foi a maior parte da grande imprensa brasileira, procuraram contrapor-se à sua versão dos fatos, contrastando-a com outros testemunhos, com documentos de arquivo e com um procedimento próximo ao do historiador: o de preencher lacunas da documentação com as possibilidades sugeridas pelo contexto.

Na mencionada entrevista à *Folha de S.Paulo*, a repórter referiu dois planos que teriam sido traçados pela organização clandestina integrada por Dilma, segundo relato atribuído a Antônio Roberto Espinosa, ex-comandante da VAR-Palmares: sequestrar o então Ministro da Fazenda Delfim Netto e construir uma fábrica de bombas acionadas por controle remoto. Espinosa teria assumido que era o responsável direto por essas ações, mas que as teria informado ao comando, do qual Dilma fazia parte. A candidata respondeu: “Ah, pelo amor de Deus. Nenhuma das duas eu lembro e nunca me perguntaram. Veja bem, nunca ninguém do Exército, da Marinha e da Aeronáutica me perguntou isso”<sup>17</sup>. Já na reportagem da revista *Época* é evocado o depoimento de outro militante da VAR-Palmares, José Olavo Leite Ribeiro, que, em entrevista ao livro *Mulheres que foram à luta armada*, afirmou que Dilma estava armada ao ser presa. A reportagem reforça o testemunho com uma inferência a partir do “campo de possibilidades”<sup>18</sup> no qual se desenrolou o episódio: “Seria natural que alguém em sua posição de liderança portasse uma arma – e Dilma sabia atirar”. Porém ressalva: “O auto de apreensão elaborado pelo delegado do Dops Fábio Lessa de Souza Camargo, em 26 de fevereiro de 1970, não menciona nenhuma arma entre o material apreendido com Dilma. Nenhum dos documentos do processo faz menção ao fato”<sup>19</sup>. Nessa ordenação narrativa, a menção aos “documentos” perde um pouco a força diante do depoimento de outro testemunho e da “naturalidade” do “fato” de que os dirigentes das organizações clandestinas em geral portavam armas. Entretanto, na maior parte das narrativas sobre a atuação de Dilma contra a ditadura, o caráter de prova dos documentos foi reforçado. Na chamada de capa de *Época*, por exemplo, afirma-se: “Documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar: seu papel na luta armada contra o regime militar” e, na reportagem propriamente dita, pode-se ler: “A trajetória de Dilma na luta contra a ditadura pode ser conhecida pela leitura de mais de 5 mil páginas de três processos penais conduzidos pelo Superior Tribunal Militar nas décadas de 1960 e 1970”<sup>20</sup>. Como era de esperar, em nenhum momento se fez a crítica dessa documentação, a sua análise como “monumento” relacionado a um lugar de produção específico e a intrincados mecanismos de poder e de saber que determinam o que deve ser preservado/lembrado e o que deve ser descartado/

esquecido<sup>21</sup>. A força retórica do uso de documentos de arquivo nas reportagens jornalísticas advém da suposta transparência desses, de sua proclamada capacidade de trazer à tona a verdade sobre o passado, em especial aquela ainda desconhecida pela maioria. Desse modo, incorre-se na confusão, apontada por Ricoeur, “entre fato histórico e acontecimento real rememorado”, quando, na realidade, o fato “[...] é construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer que, em troca, o estabelecem”<sup>22</sup>. Contribuindo para a compreensão desse entendimento, Ludmila Catela chama a atenção para “[...] a eficácia simbólica e factual do mundo dos papéis e documentos e para o valor dado a eles em nossas sociedades”. Segundo a autora, no caso específico dos arquivos da repressão – “[...] compostos, principalmente, de documentos pessoais ou de declarações individuais, subtraídos os primeiros e obtidas as segundas em circunstâncias extremas de violação dos direitos humanos” –, esses, no período da redemocratização, “foram recebidos e divulgados como *templos secretos* que revelariam proibições, pactos e confidências e permitiram entender o que se passou durante a ditadura militar”. Ainda de acordo com Catela, “se para os diretamente afetados os arquivos passam a cumprir uma função que tensiona a própria experiência e o valor dos documentos, o uso por parte de jornalistas e investigadores é de outro caráter”. No entender da autora, para os jornalistas, o uso desses materiais foi presidido especialmente por duas lógicas: a da denúncia e a do espetáculo. A partir delas, “[...] os jornalistas mostravam e afirmavam que os documentos contidos nesses arquivos eram o reflexo, a verdade do que passou, o testemunho mais exato da repressão, o segredo revelado, descoberto”<sup>23</sup>.

As provas de arquivo, contudo, não “disseram” o que os jornalistas queriam ouvir e, por isso, precisaram ou ser inseridas numa lógica narrativa que as tensiona, ou mesmo grosseiramente falsificadas. No primeiro caso, por exemplo, a revista *Época* contrastou a força do arquivo com a força dupla da interpretação de um autor que é, ao mesmo tempo, historiador e ex-militante da luta armada, e de um juiz, e ainda com outros indícios do contexto. Vejamos:

De acordo com [Jacob] Gorender, em 1968, o Colina já aderira à luta armada. Segundo ele, no dia 1º de julho de 1968, o Colina matou por engano o oficial alemão Otto Maximilian von Westernhagen, que fazia um curso no Rio de Janeiro. A intenção do Colina era eliminar o militar boliviano Gary Prado, que estava no mesmo curso. Prado fora o responsável pela prisão de Che Guevara, o célebre líder da revolução cubana. O Colina ajudou a promover greves, assaltou bancos, roubou carros e matou policiais em confrontos em Minas e no Rio. Na denúncia encaminhada à Justiça Militar em 1970, o juiz auditor José Paulo Paiva afirma que, no Colina, Dilma “chefiou greves e assessorou assal-

tou a bancos”. Não há registro de que Dilma tenha participado diretamente das ações armadas do Colina – algo que ela sempre negou.<sup>24</sup>

A falta de registros e a negação de Dilma referidas na última frase desse parágrafo perdem complementemente a força comprobatória diante do quadro de violências descrito anteriormente, com base no estudo de Gorender – caracterizado dessa forma pela revista: “[...] esteve preso com Dilma no Presídio Tiradentes, em São Paulo, é autor de *Combate nas trevas*, o mais completo relato da luta armada contra a ditadura”<sup>25</sup> – e na denúncia de Paiva: historiador e juiz se encontram aqui, por obra do texto jornalístico, para, juntos, atestarem que provavelmente Dilma se envolveu em ações armadas.

No que diz respeito à falsificação, a *Folha de S.Paulo*, ainda em abril de 2009, publicou suposta ficha criminal de Dilma relatando sua participação em uma série de ações armadas, e afirmou que essa seria procedente do arquivo do Dops paulista. Posteriormente, teve de reconhecer que não apenas a ficha era falsa, mas que havia sido recebida por *e-mail*, além de publicar essa carta da então ministra:

Solicitei formalmente os documentos sob a guarda do Arquivo Público de São Paulo que dizem respeito a minha pessoa e, em especial, cópia da referida ficha. Na pesquisa, não foi encontrada qualquer ficha com o rol de ações como a publicada na edição de 5 de abril de 2009. Cabe destacar que os assaltos e ações armadas que constam da ficha veiculada pela *Folha de S.Paulo* foram de responsabilidade de organizações revolucionárias nas quais não militei. Além disso, elas ocorreram em São Paulo em datas em que eu morava em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro. Ressalte-se que todas essas ações foram objeto de processos judiciais nos quais não fui indiciada e, portanto, não sofri qualquer condenação. Repito, sequer fui interrogada, sob tortura ou não, sobre aqueles fatos.

Reforçando o posicionamento de Dilma, o diretor do referido arquivo, o historiador Carlos de Almeida Prado Bacellar, enfatizou: “Essa ficha não existe no acervo. [...] Nem essa ficha nem nenhuma outra ficha de outra pessoa com esse modelo. Esse modelo de ficha a gente não conhece”.

Mesmo diante desses desmentidos, a *Folha* preferiu colocar em suspeição a própria falsidade da ficha, valendo-se da opinião de supostos *experts* não nomeados – pesquisadores e testemunhas – e do caráter fragmentado dos arquivos da repressão:

O Grupo Inconfidência, de Minas Gerais, mantém no ar uma reprodução da ficha. A entidade reúne militares e civis que defendem o regime instaurado

em 1964. Seu criador, o tenente-coronel reformado do Exército Carlos Claudio Miguez, afirma que a ficha “está circulando na internet há mais de ano”. Sobre a autenticidade, comentou: “não posso garantir. Não fomos nós que a botamos na internet”.

Pesquisadores acadêmicos, opositores da ditadura e ex-agentes de segurança se dividem. Há quem identifique indícios de fraude e quem aponte sinais de autenticidade da ficha.

Apenas parte dos acervos dos velhos Dops está nos arquivos públicos. Muitos documentos foram desviados por funcionários e hoje constituem arquivos privados.<sup>26</sup>

## IV

Ao longo de toda a campanha presidencial, portanto, e mesmo antes, Dilma teve de se mover em terreno minado quando o assunto dizia respeito a seu passado de luta contra a ditadura. Se no episódio do Senado relatado ela conseguiu capitalizar os ganhos políticos de ter sido violentamente torturada pelos agentes da repressão e neutralizar seu opositor, posteriormente a associação de seu nome com atos violentos foi intensificada por boa parte da imprensa brasileira. O uso de outros testemunhos, de provas de arquivo e da criação de possibilidades a partir do contexto da época foi explorado para comprovar a veracidade das versões daqueles que queriam fazer crer que a candidata pegou em armas, participou (ou ao menos planejou) de “assaltos”, sequestros, assassinatos etc. Nesse processo, quando as provas não sustentavam tais afirmações, recorreu-se a recursos que vão da potencialização das dúvidas diante das lacunas das evidências até a falsificação dessas. Seguramente, afirmativas com esse teor devem ter algum respaldo na “opinião pública”, o que é sempre difícil de avaliar. Afinal, apenas para dar um exemplo, quando digitamos “Dilma Rousseff” no site buscador *Google*, a primeira menção que aparece é “Dilma Terrorista”, e essa, ao ser clicada, remete a 223.000 resultados<sup>27</sup>. Por outro lado, houve algumas tentativas de positivar a atuação de Dilma no período, como a confecção de uma camiseta, portada em geral por estudantes universitários, na qual a foto contida na sua ficha policial vem emoldurada com o verso do Hino Nacional brasileiro: “Verás que um filho teu não foge à luta”.

Por tudo isso, foi muito difícil para Dilma gerir o dizível e o “lembrável”. Em diversos momentos, ela preferiu calar-se, dizer “eu não me lembro”, ironizar o entrevistador ou simplesmente afirmar:

Tem coisas desse período que eu não discuto porque, para discutir, precisa de outro tipo de enfoque. Não dá para discutir com superficialidade. Não posso

discutir o que aconteceu com meus companheiros nem atribuir a eles coisas, porque implicaria que eu estivesse fazendo algo como se fosse uma avaliação crítica e me colocando de fora.<sup>28</sup>

Os estudos de Pollak sobre os sobreviventes dos campos de concentração nazistas talvez ajudem a compreender melhor essa postura de Dilma. Segundo o autor, “na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente [...]”. E ainda: “[...] um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”<sup>29</sup>.

Essa gestão da memória, bastante compreensível quando se trata de depoimentos orais, torna-se problemática quando diz respeito a documentos de arquivo, em especial aqueles produzidos pela máquina estatal. Nesse caso, entram em choque dois direitos garantidos constitucionalmente: o direito à privacidade e o direito à informação. Sobre isso, a revista *Época* afirmou:

Recentemente, seu [de Dilma] ex-colega Antonio Espinosa foi ao Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília. Devido a uma polêmica causada por uma entrevista, ele requereu acesso a seu processo por sua militância na VAR-Palmares. Ele e Dilma fazem parte do mesmo processo. Por isso, a peça com milhares de páginas faz centenas de menções a Dilma. [...] “Elas vieram com o nome da Dilma coberto por tinta preta”, afirma Espinosa. De acordo com a lei, apenas os próprios réus, ou pessoas com uma procuração assinada por eles, podem ter acesso aos processos no STM. Mas apenas o nome de Dilma, entre os nomes de dezenas de outros militantes, foi ocultado das páginas copiadas a pedido de Espinosa. Recentemente, o processo de Dilma foi separado dos demais dentro do STM. Ele está guardado em um armário específico. Os funcionários têm ordens expressas para não fornecê-los a ninguém.<sup>30</sup>

Restrições desse tipo também suscitaram reações dos historiadores, como a de Carlos Fico, um dos maiores especialistas do período no Brasil, e presidente substituto da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, projeto do Arquivo Nacional que visa a tornar públicos os documentos referentes à ditadura. Fico renunciou a esse cargo no mês de novembro de 2010, em plena campanha eleitoral, e, em carta aberta, justificou sua atitude pelo fato de que pesquisadores teriam sido “[...] impedidos de consultar os documentos do Conselho de Segurança Nacional e da Divisão de Segurança e Informações do

Ministério das Relações Exteriores sob a alegação de que jornalistas estariam fazendo uso indevido da documentação buscando dados sobre os candidatos envolvidos na campanha eleitoral”. Afirmou ainda:

Não podem os arquivos brasileiros arvorar-se em intérpretes do direito à privacidade e arbitrarem – conforme as idiossincrasias do funcionário ocasionalmente situado na posição de decidir – se este ou aquele documento agride a honra ou a imagem de alguém. Os documentos da repressão não são um testemunho da verdade, mas o registro histórico do arbítrio. O eventual mau uso pelo consulente deverá ser punido pela lei.

A acusação foi rebatida publicamente por Jaime Antunes da Silva, diretor do Arquivo Nacional e Coordenador-Geral do projeto Memórias Reveladas, afirmando que os documentos solicitados por Fico foram providenciados, qualificando de absurda a acusação de que o sigilo do material tivesse sido mantido em função do período eleitoral.

Essa tensão entre público e privado acompanhou o processo de constituição e abertura dos arquivos da repressão no Brasil, como bem assinala Catela:

Os diretamente afetados pela repressão, e também por terem suas vidas registradas em ditos papéis, vetaram e defenderam a postura de negar o livre acesso a prontuários pessoais. Esta solução não é definitiva. Os investigadores e jornalistas se opõem argumentando que são documentos públicos como qualquer outro. Os marcados pelos prontuários argumentam que ali há documentos pessoais que foram subtraídos em atos violentos contra a pessoa e a privacidade, assim como mentiras inventadas pelas forças de segurança para incriminá-los ou simplesmente lhes causar danos psicológicos.<sup>31</sup>

Registros históricos do arbítrio, testemunhos da verdade, fontes de mentiras... As provas de arquivo mereceram diversos qualificativos ao longo dessa contenda envolvendo os usos do passado de Dilma Rousseff (e da sociedade brasileira como um todo). Para garantir a veracidade das narrativas referentes à sua luta contra a ditadura, documentos foram localizados, esquadrinhados, exibidos publicamente, submetidos à crítica, colocados sob suspeição, falsificados, reforçados ou enfraquecidos pelo depoimento de testemunhas do período e pelas referências ao contexto. O presente que ordena essas narrativas, que lhes confere sentido, que impõe a gestão do que pode ou não ser dito, que colore de maneiras diversas as imagens do passado, é, porém, bastante mutável. Agora Dilma é a presidenta do Brasil e não mais uma candidata ao cargo. Na referida entrevista à *Folha de S.Paulo*, quando ainda era ministra, ela afirmou: “Não me



interessa ficar falando nisso, *é da época e deus*”<sup>32</sup>. Contudo, um dia antes de sua posse, convidou 17 ex-companheiras de prisão para um coquetel no Palácio do Itamaraty, e, no final de seu discurso de posse, afirmou:

Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil: entreguei, como muitos aqui presentes, minha juventude ao sonho de um país justo e democrático; suportei as adversidades mais extremas, infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco tenho ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração que tombaram pelo caminho não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista e rendo-lhes minha homenagem.<sup>33</sup>

Novamente, Dilma se mostrou reconciliada com seu passado, associando-o à luta pela democracia. Novamente, ela colocou-se como integrante de uma geração que ousou sonhar com um Brasil mais justo e, por isso, teve de suportar sofrimentos incriveis. Ao homenagear aqueles que não viveram para testemunhar, a nova presidenta pareceu insinuar que nem tudo “é da época”; ao contrário, muito daquele passado parece continuar presente na memória e na figura de Dilma e, por isso, sujeito a múltiplos usos, controvérsias e disputas.

## RESUMO

---

O artigo analisa os usos que foram feitos do passado de Dilma Rousseff, em especial de sua militância contra a ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964, por ela mesma e por seus aliados e opositores, com ênfase no período da campanha que a conduziu à Presidência da República. A atenção se volta para os seguintes pontos: as tentativas de enquadramento desse passado em uma memória social mais ampla relativa aos *anos de chumbo*; os conflitos em torno do significado da militância de Dilma e de seus companheiros de geração, sobretudo no que tange ao uso da violência como arma política; as formas empregadas para legitimar essas diversas versões do passado; e os sentidos emprestados às noções de verdade e mentira. A pretensão mais ampla do texto é contribuir para a discussão da temática dos usos do passado, em especial do passado recente, na sociedade brasileira contemporânea, bem como para refletir de maneira mais ampla sobre as fronteiras sempre imprecisas entre memória e história.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Usos do passado; Memória; Ditadura; Dilma Rousseff.

“It’s in the past and that’s all that matters”: Uses of the past in the narratives

about the participation of Dilma Rousseff in the struggle against the civil-military dictatorship in Brazil

## ABSTRACT

---

This article examines the use of Dilma Rousseff's past (especially her militancy against the civil-military dictatorship established in Brazil in 1964) by herself, her allies, and her opponents, with an emphasis on the political campaign period that led her to presidential office. Attention is paid to the following matters: the attempts to frame this past in a wider social memory, in the context of the *Anos de Chumbo* ("Years of Lead", the period of the Brazilian civil-military dictatorship); the conflicts surrounding the meaning of Dilma's militancy as well as that of her contemporaries, mainly with regards to the use of violence as a political tool. Also examined are the ways used to legitimize these numerous versions of the past; and the meanings given to the notions of truth and lies. The broadest goal of the text is to contribute to the discussion of the uses of the past, notably the recent past, in Brazilian contemporary society, as well as reflecting more widely on the ever imprecise boundaries between memory and history.

## KEYWORDS

---

Uses of the past; Memory; Dictatorship; Dilma Rousseff.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este texto foi apresentado inicialmente como conferência na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, em fevereiro de 2011. Contato do autor: [bbissos@yahoo.com](mailto:bbissos@yahoo.com).

<sup>2</sup> MENEZES, Cynara, "A primeira presidente". *Carta Capital*, ano XVI, n. 620, 03/11/2010, p. 22.

<sup>3</sup> Na primeira vez que Lula se candidatou à presidência, em 1989, a questão do aborto também esteve em pauta. Naquela ocasião, seu adversário, Fernando Collor de Mello, que saiu vencedor, acusou-o de ter sugerido um aborto a sua ex-companheira, Mirian Cordeiro, que sustentou essa versão na televisão.

<sup>4</sup> Ver: SCHMIDT, Benito Bisso e RODEGHERO, Carla, "Mémoires étouffées et bâillonnées". Disponível em: <<http://ehess.dynamiques.fr/usagesdupasse>>, acesso em 4 jan. 2011.

<sup>5</sup> Daniel Aarão Reis Filho vem analisando a construção dessa memória em diversos textos. Por exemplo: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.), *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

<sup>6</sup> Transcrição de vídeo disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/video/2008/6188/>>, acesso em 3 jan. 2011.

<sup>7</sup> Entrevista a Fernanda Odilla, *Folha de S.Paulo*, 05/04/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u545690.shtml>>, acesso em 3 jan. 2011.

<sup>8</sup> Ou seja, à memória da ocupação nazista na França durante a Segunda Guerra, de 1940 a 1944. Ver: ROUSSO, Henry, “Vichy, le grand fosse”. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*, n. 5, 1985.

<sup>9</sup> POLLAK, Michael, “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 9-10.

<sup>10</sup> ROLLEMBERG, Denise, “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 43-91.

<sup>11</sup> Na consolidação e difusão dessa imagem foi fundamental a veiculação, em 1992, de uma minissérie de televisão sobre o período ditatorial, intitulada justamente *Anos rebeldes*, de Gilberto Braga (Rede Globo, 1992).

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.dilma.com.br/biografia/>>, acesso em 3 jan. 2011.

<sup>13</sup> *Folha de S.Paulo*, *op. cit.*

<sup>14</sup> *Idem.*

<sup>15</sup> LOYOLA, Leandro; SILVA, Eumano e ROCHA, Leonel, “Dilma na luta armada”. *Época*, São Paulo, Editora Globo, n. 639, 16/08/2010, p. 42.

<sup>16</sup> Ver a reflexão de Ricoeur sobre o testemunho em: RICOEUR, Paul, *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000, p. 201-208.

<sup>17</sup> *Folha de S. Paulo*, *op. cit.*

<sup>18</sup> Para a noção de contexto como “campo de possibilidades”, consultar: GINZBURG, Carlo, “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’”, de Natalie Zemon Davis”. In \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 183.

<sup>19</sup> *Época*, *op. cit.*, p. 42.

<sup>20</sup> *Idem*, capa e p. 36.

<sup>21</sup> Ver, sobre a noção de documento-monumento, LE GOFF, Jacques, “Documento/monumento”. In *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996, p. 535-549; e FOUCAULT, M., *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

<sup>22</sup> RICOEUR, P., *op. cit.*, p. 227.

<sup>23</sup> CATELA, Ludmila da Silva. “Territorios de memoria política. Los archivos de la represión en Brasil”. In CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.), *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madri: Siglo XXI, 2002, p. 60-2. [Grifo da autora.]

<sup>24</sup> *Época*, *op. cit.*, p. 36-7.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u556855.shtml>>, acesso em 3 jan. 2011.

<sup>27</sup> A busca foi feita em 7 jan. 2011.

<sup>28</sup> *Folha de S. Paulo*, *op. cit.*

<sup>29</sup> POLLAK, M., *op. cit.*, p. 13.

<sup>30</sup> *Época*, *op. cit.*, p. 42.

<sup>31</sup> CATELA, L., *op. cit.*, p. 70-71.

<sup>32</sup> *Folha de S. Paulo*, *op. cit.* [Grifo da autora.]

<sup>33</sup> Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>>, acesso em 16 out. 2011.